

O colégio jesuíta de São Tiago de Elvas: construção, materiais e intervenientes

The Jesuit college of São Tiago de Elvas: construction, materials and actors

Inês Gato de Pinho^{1*}, Maria João Pereira Coutinho²

¹ CiTUA - Center for Innovation in Territory, Urbanism, and Architecture, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Av. Rovisco Pais, 1, 1049-001 Lisboa, Portugal

² IHA/NOVA FCSH - Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, Portugal

* inesgatodepinho@tecnico.ulisboa.pt

Resumo

O presente estudo tem como objetivo o entendimento da evolução construtiva do colégio da Companhia de Jesus de Elvas, bem como dos materiais utilizados e dos mestres que aí operaram. Procura, portanto, contribuir para um maior conhecimento no âmbito da história da construção colmatando, assim, uma lacuna existente acerca dos materiais e sistemas construtivos usados neste tipo de edifícios em Portugal. A leitura aturada da documentação produzida durante as obras da igreja e do colégio, entre finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII, é fundamental para futuras obras de reabilitação do mesmo, bem como de outros, congéneres, quer no âmbito da Companhia de Jesus, quer nesta região. O estudo contribui ainda para um maior conhecimento das pedras utilizadas e das pedreiras, bem como dos indivíduos que as exploravam e dos que a elas recorriam. Complementarmente, identificam-se ainda as madeiras e os fornos de cal, fundamentais para todo o processo construtivo.

Palavras-chave

Companhia de Jesus; Época Moderna; Projeto; Construção; Materiais.

Pode citar este artigo como: Gato de Pinho, I. ; Coutinho, M. J. P., ‘O colégio jesuíta de São Tiago de Elvas: construção, materiais e intervenientes’, *Conservar Património* (no prelo), <https://doi.org/10.14568/cp2020086>.

Abstract

The present study aims to understand the architectural history of the Jesuit College in Elvas, as well as the materials used there, and the masters who worked in its construction. It seeks, therefore, to improve our knowledge in the history of building, thus bridging the existing gap about the materials and construction systems carried out in this type of buildings in Portugal. The detailed reading of the produced documentation during the works carried in the church and college, between the end of the 17th century and the first half of the 18th century, is crucial for future works of rehabilitation in this building, as well as in others of a similar typology, either built by the Jesuits, or constructed by others in this region. This study also contributes to improve the present knowledge of the stones used, and quarries of origin, as well as who used and worked in these quarries. Furthermore, it will identify the woods used for construction, and identify the lime ovens which are fundamental to understanding all the construction process.

Keywords

Society of Jesus; Early Modern Period; Project; Construction; Materials.

Introdução

O colégio da Companhia de Jesus de Elvas foi alvo da atenção de diversos investigadores, mas nunca foi apresentado um estudo direcionado para a cronologia da sua construção, desde a fase de projeto à análise exaustiva dos materiais empregues. As primeiras publicações em torno da sua história datam do século XIX e são assinadas por Francisco Santa Clara (1836-1902). A sua contribuição, publicada em diferentes números do periódico “O Elvense” [1], tem por base o manuscrito intitulado "Relação do princípio do Collegio que se ha de fazer em Elvas, de que são fundadores Diogo de Brito, fidalgo da Casa d'El-Rei, e D. Aldonça, sua primeira mulher" que, segundo o autor, na época se encontrava à guarda do então denominado Cartório da Fazenda da Universidade de Coimbra. Tal como o nome indica, retratam-se os primeiros tempos do colégio (até ao ano de 1649), dando-se particular enfoque às dificuldades da sua fundação enquanto instituição e às relações entre a Companhia de Jesus e a sociedade elvense, o bispado e a coroa. Um segundo grupo de informações, relativas ao período de 1649 a 1692, é registado pelo autor e impresso mais tarde no mesmo periódico. Santa Clara não teve possibilidade de dar continuidade às publicações, mas deixou um original no prelo. Foi o seu sobrinho, António José Torres de Carvalho que o trouxe à estampa, em 1931, na obra *A Companhia de Jesus em Elvas: Notas para a história do Collegio de S. Thiago* [1]. Aparentemente, a redação da primeira parte será de Torres de Carvalho (baseando-se muito provavelmente no que havia sido publicado) e o restante do tio. Se o corpo da obra segue o filão temático iniciado por Santa Clara, o apêndice fornece algumas informações relativas à construção do edifício e aos intervenientes no processo. No entanto são notas soltas e descontextualizadas.

Entre 1938 e 1944 Francisco Rodrigues dedica dois capítulos da *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, ao colégio de Elvas. Uma vez mais o enfoque é dado à disputa da herança dos fundadores e à implantação. Pouca importância se dá à construção do edifício, apesar de se mencionar o nome de quem o traçou (baseado no que havia sido dito por Santa Clara que, por sua vez, já não indicava a fonte). A última referência de Rodrigues relativa ao edifício data de 1690, em que o autor afirma que "em breve se lhe poria o último remate" [2].

Em 1972, a obra “Documentos para a História da Arte em Portugal” [3], dedica um capítulo ao colégio de Elvas. Dando naturalmente primazia às peças com valor artístico que o colégio possuía no momento do sequestro das casas jesuítas, faz ainda referência a mestres ou outras expressões artísticas efémeras, patentes em documentação mais antiga à guarda do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC).

Em 2008, o artigo "O colégio jesuíta de Santiago, em Elvas" [4], para além de traçar a história da fundação do colégio e de enfatizar as referências a trabalhos de construção que os autores acima citados haviam transcrito, procede à análise arquitetónica do edifício, baseando-se em documentos históricos (textuais e gráficos) e nos registos das obras de beneficiação da biblioteca que atualmente ocupa o edifício, mas também na comparação com outros colégios jesuítas portugueses. O cruzamento destes elementos,

aliado ao facto de parte do edifício ser construído com recurso a técnicas e materiais díspares [5] e muito provavelmente a par da ideia veiculada por Rodrigues de que o colégio estava quase concluído no final do século XVII, levou-o a considerar a hipótese lógica de parte do colégio ter ruído no terramoto de 1755, tendo sido reconstruído após a expulsão dos jesuítas, para servir as ocupações posteriores.

Entre 2019 e 2020, analisámos, em diferentes perspetivas, os documentos relativos ao colégio de São Tiago de Elvas à guarda do *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI), a quase totalidade dos livros de receita e despesa do colégio – maioritariamente à guarda do AHTC, mas também do Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) –, os manuscritos originais do colégio à guarda do Arquivo Municipal de Elvas (AME) e as fotografias da obra de beneficiação da biblioteca de Elvas, cedidas pela Câmara Municipal de Elvas (CME). Esta cooperação levou à análise exaustiva, sempre à luz dos dados que o edifício ainda hoje fornece como documento primário principal, permitindo entender não só os materiais empregues e os intervenientes no processo, mas também perceber a sua evolução construtiva. Apesar de a documentação existente ter permitido traçar a totalidade da história desta fundação, no presente artigo focam-se as questões fundamentais relacionadas com o projeto, a obra e os materiais empregues, relativos à implantação definitiva do colégio no sítio de Santiago, que ocorre depois de algumas hesitações no que se refere ao local onde se deveria construí-lo.

O projeto

Segundo Torres de Carvalho, desde que os jesuítas se mudaram definitivamente para o sítio de Santiago, em 1678, o colégio adquiriu várias casas e terrenos nas imediações para permitir a construção do edifício. Em novembro desse ano, fez-se a demarcação da propriedade e elencaram-se num documento os imóveis que confinavam com o terreno da Companhia de Jesus. Apesar de não permitir a aferição da área e dos limites exatos do terreno na atualidade, o mesmo documento fornece um dado importante relativo ao processo de edificação: foi apresentado um projeto do que se pretendia edificar, conforme se pode depreender pelo excerto da redação em que se refere a “obra que tinham traçado e desenhado” [1].

A única planta que se conhece para o colégio de Elvas, encontra-se à guarda do ARSI, em Roma e não corresponde à organização espacial do edifício construído [6-8]. No entanto, adaptando a escala do desenho (em pés, e adotando-se, neste trabalho, a medida de 33 cm para um pé) a implantação corresponde, sensivelmente, à forma atual do edifício do colégio (Figura 1).

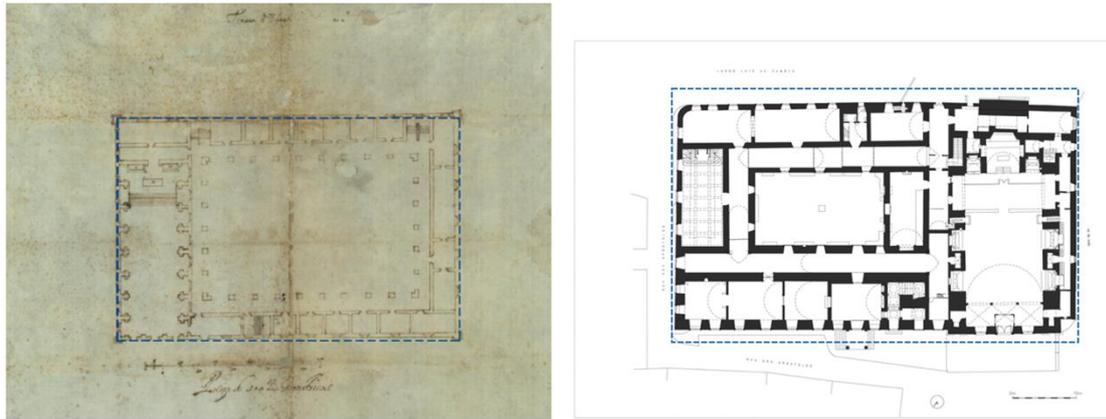


Figura 1. Esquema do perímetro de implantação (a azul) sobre desenhos: a) “Trassa d’Elvas”; b) levantamento atual realizado sobre desenhos da AMR – Levantamentos Arquitectonicos y Arqueologicos e da Câmara Municipal de Elvas [©autoras, 2020].

Pode, por isso, alvitrar-se a hipótese de esta planta ter sido uma proposta para o novo edifício submetida a Roma e que nunca terá sido construída, constituindo um mero desenho de intenções para mostrar ao Revisor Romano e ao Padre Geral (que avaliavam e aprovavam os locais e os projetos para a construção) a disponibilidade espacial da implantação, traçado por alguém que não tinha um correto entendimento do terreno onde o edifício se viria a erguer. Este desenho não está datado nem assinado e, no âmbito do presente estudo, não foi localizado outro documento gráfico que consubstancie a autoria do plano definitivo para o edifício de Elvas. No entanto, Torres de Carvalho afirma que, em 1679, o Provincial terá chamado a Elvas o padre Bartolomeu Duarte para traçar a planta do colégio.

Não foi localizado, em Coimbra, o manuscrito consultado por Santa Clara. No entanto, a localização de um manuscrito relativo à fundação do colégio de Elvas, suas rendas e encargos [9], à guarda do AME, permitiu não só especular tratar-se do mesmo documento porque continha informações muito semelhantes, mas também apurar outros dados que Santa Clara não havia considerado dignos de transcrição e que se revelaram de extrema importância para o entendimento do projeto e da obra. No folio 80 refere-se que Bartolomeu Duarte foi chamado não apenas a projetar o colégio de Elvas, mas também o de Portalegre – “Neste anno de 679 sendo Reitor deste Collegio [entrelinhado à margem direito do fólho: o Padre Sebastião da Cunha] mandou o Padre Provincial Pantaleao Carvalho uir do Algarue ao Padre Bertholomeu Duarte a delinear a Igreja e Collegio desta cidade [e] tambem o de Portalegre (...)” –; indica-se ainda que no mesmo ano se tratou de reunir os materiais para iniciar a obra e que, a 4 de Julho de 1679, operou-se o “lançamento da 1.^a pedra que se fes com toda a autoridade e se lançou no cunhal do frontespicio da Igreja a parte da Epistola e dahi se foi continuando com os alicerses”[9] (Figura 2).



Figura 2. Esquema da zona de arranque para o início da obra e sentido de crescimento do colégio. Desenho realizado sobre levantamentos da AMR – Levantamentos Arquitectonicos y Arqueologicos e da Câmara Municipal de Elvas [© autoras, 2020].

No que se refere a Bartolomeu Duarte e de acordo com o “Catalogi Triennale” que se inicia em 1678 [10], efetivamente em 79 o padre encabeçava a lista dos membros que residiam no colégio de Vila Nova de Portimão e estaria totalmente empenhado naquela fundação e no projeto do edifício. Apesar de António Franco [11] o descrever como arquiteto e dedicar várias páginas a relatar os feitos deste religioso, em nenhum momento o cronista o refere como autor de mais algum projeto que não o da fundação algarvia, tornando ainda mais inédita a informação dada pelo manuscrito no que se refere aos projetos de Elvas e de Portalegre. Por outro lado, e até ao momento, supunha-se que Mateus do Couto (sobrinho) teria delineado o projeto para a igreja do colégio de Portalegre, estando a base desta teoria alicerçada na existência de um corte e de uma planta (datada de 1678) relativos à igreja do colégio daquela vila, claramente assinados pelo arquiteto régio. No entanto, uma apreciação muito superficial mostra claramente que essas peças não correspondem ao que efetivamente foi construído, excetuando-se as dimensões gerais do polígono de implantação. É certo que o templo jesuíta de Portalegre está muito desvirtuado, fruto das diferentes ocupações que o edifício acolheu e do abandono da função cultural, mas a planta de adaptação do colégio a fábrica de lanifícios (1772), mostra claramente que a igreja efetivamente construída pelos jesuítas em nada se assemelha ao delineado pelo arquiteto régio (Figura 3).

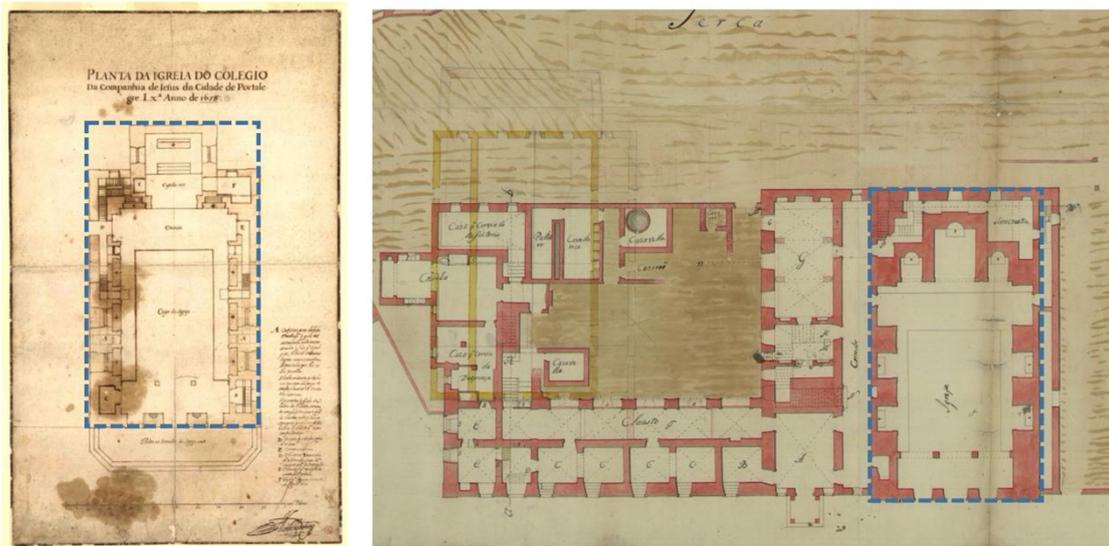


Figura 3. a) “Planta da Igreja do Colegio da Companhia de Jesus da Cidade de Portalegre”; b) Pormenor da “planta inferior e superior do colejo que foi dos Jazuitas na cidade de Porto-Alegre (...) em que se declara o estado em que se acha; e os lugares mais commodos para o estabelecimento de hua nova Fabrica de Panos, e Drogas” [12]. A azul, polígono de implantação da igreja com base na escala dos desenhos [© autoras, 2020].

Será muito provável que a igreja efetivamente construída em Portalegre não seja da autoria de Mateus do Couto (sobrinho) mas sim de Bartolomeu Duarte. Esta afirmação baseia-se, não apenas no manuscrito, mas também na análise de três “documentos” fundamentais que se sobrepõem a todos os outros citados: as igrejas de Portimão, Elvas e Portalegre (Figura 4). O edifício será um documento primário fundamental para a análise arquitetónica e que, apesar de todas as variações dimensionais, estilísticas, e das resultantes de alterações posteriores, as três igrejas referidas têm uma estrutura interna comum: nave alta única coberta por abóbada de berço, com capelas laterais pouco profundas encimadas por tribunas abertas sob a forma de janelas (quase à largura das capelas), e falso transepto com a mesma profundidade das capelas, mas de maior largura. Na cabeceira a capela-mor é ladeada pelas colaterais (com pés direitos próximos das capelas da nave) acima das quais se abrem tribunas semelhantes às restantes. A capela-mor é relativamente profunda, coberta também por abóbada de berço, e na ousia eleva-se o camarim. A grande diferença da igreja de Portimão para as outras duas é a introdução de mais um par de capelas laterais na nave, que a tornam mais comprida.



Figura 4. Vistas interiores das igrejas: *a)* e *d)* de Elvas [*a)* © João Vieira Caldas, 2020; *d)* © autoras, 2020]; *b)* e *e)* de Portalegre; *c)* e *f)* de Portimão [© autoras, 2020].

A construção jesuíta (1679-1759)

Conforme se afirmou anteriormente, a primeira pedra do edifício foi lançada em 1679 e, no mesmo ano, inicia-se uma campanha de obras bem delineada complementada por um registo rigoroso das despesas aplicadas na construção do novo edifício em livros próprios, redigidos a par dos livros de receita e despesa comuns. A leitura de dois documentos de contabilidade específicos — o livro de “Despeza geral das obras da Igreja nova deste collegio principiada em 4 de ivlho do anno de 1679” [13] e o “Livro dos assentos do estado em que fica o collegio quando acabão os *Padres Reytores*” [14] ilustram a grande empresa que foi a construção do novo edifício e que se dilata no tempo até 1759.

Entre 1680 e o fim de 1683 o livro “Despeza geral das obras da Igreja nova ...” só refere o valor do dispêndio sem identificar materiais ou intervenientes, mas em Janeiro de 84 começam a discriminar-se os materiais empregues (Figura 5). Só em Julho de 1686 é que se inicia um relato mais objetivo da construção. Os trabalhos descritos, as verbas e os diferentes tipos de materiais comprados nos anos anteriores, levam a crer que se empreendeu uma primeira fase a fazer as fundações em todo o perímetro da igreja e áreas adjacentes, que as paredes já estariam bem lançadas e que se dava agora

continuidade à conclusão do exterior e à construção do interior da igreja. No segundo semestre de 1686 pagava-se o assentamento do arco da capela-mor e das tribunas, os dias que o carpinteiro gastou de desfazer os simples do cruzeiro (o que indica que os arcos dos topos do falso transepto haviam sido assentes recentemente) e por um dia a fazer o “simples” da cruz do corredor. No ano seguinte continuava a trabalhar-se nas tribunas e a fazer os simples para as abóbadas do corredor e os moldes para a cornija do templo. Em 1688 mandavam-se “assentar as cambotas nos arcos do coro” e empreender a construção da abóbada do “corredorinho” [13] **Error! Bookmark not defined.** Com os arcos assentes e após desmonte dos moldes (“simples” e “cambotas”), tanto na capela-mor e cruzeiro como no coro, seria possível avançar para o fecho da igreja e, no final desse ano, trabalhava-se na construção do óculo da frontaria e preparavam-se os materiais para fechar a abóbada e cobertura.

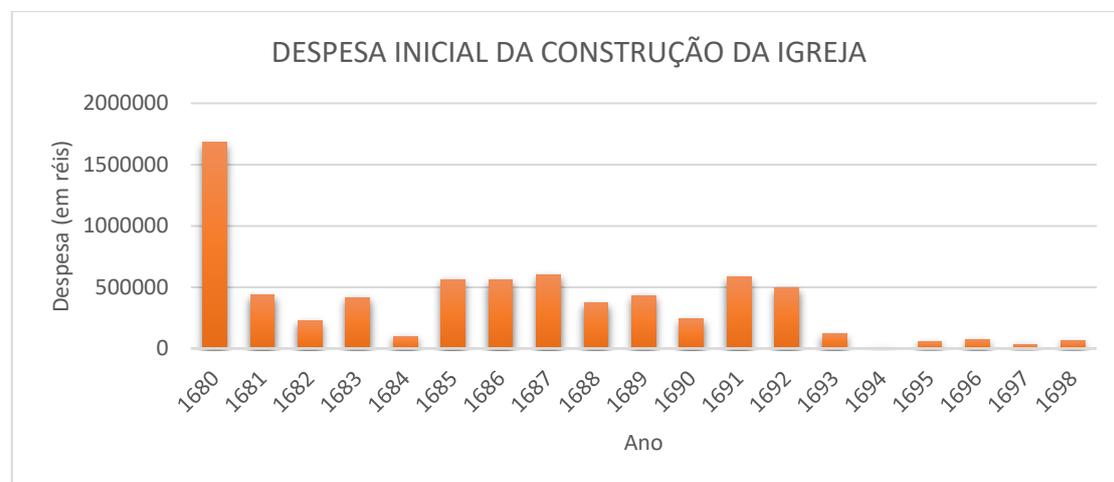


Figura 5. Quadro com as despesas totais da igreja em réis. Entre 1680 e 1692 são despesas com obras e entre 1693 e 1698 são despesas com alfaías litúrgicas e património integrado. Informações extraídas de ANTT, Cartório dos Jesuítas, Mç. 101, n.º 4: *Livro da Despesa Geral das Obras da Igreja Nova deste Collegio principiada em 4 de Iv lho do Anno de 1679.*

O “Livro dos assentos do estado em que fica o collegio quando acabão os *Padres Reyttores*” refere-se a todas as receitas e despesas feitas durante cada reitorado e inicia-se em 1683. Não sendo específico para obras como o anterior, apresenta uma síntese do que cada reitor deixou construído e as verbas já pagas (em materiais e honorários) para a prossecução da obra não apenas da igreja, mas de todo o complexo edificado. Dando continuidade ao ano de 1691 e ainda durante o reitorado do Padre Marcos da Costa, os esforços ainda se concentram no encerramento do templo, que se concluem apenas no reitorado de Manuel de Andrada (1691 a 1694). As obras realizadas tiveram como objetivo principal a conclusão do que era essencial para a igreja abrir ao culto: “fez se a abobada da igreja, desenhelhou-se [sic], e preparou-se a mesma (...)” [14]. A abertura oficial dá-se em 1692 e por isso, considera-se que a abóbada já estaria forçosamente fechada, as tribunas e os respetivos acessos começados e os trabalhos maiores, que podiam pôr em risco os visitantes, já estariam alinhavados (como o coro, por exemplo).

A narrativa do livro redigido pelos padres reitores dá continuidade à descrição detalhada dos trabalhos executados, mas, dada a sua extensão, extravasa o âmbito do presente artigo. Por isso, elencaremos de seguida os momentos fundamentais da obra.

Em 1699 Vicente Ferreira assume o reitorado do colégio e a 6 de novembro escreve uma carta ao Padre Geral Tirso Gonzalez a referir o andamento das obras que estaria “*muito nos seus princípios*” [15] e as dificuldades encontradas na expansão. O reitor usou grande parte da verba disponível na compra de casas nas imediações da obra provavelmente para permitir a expansão do colégio e cerca e, tal como os seus antecessores focou-se mais no interior da igreja dando continuidade aos trabalhos decorativos.

Entre 1705 e 1708 o reitor é o padre António Correia. No início da redação adverte de imediato que não se conseguiu expandir o colégio: “Com a pressão das guerras, e alojamentos da soldadesca não se puderam derrubar algumas moradas das cazas, *para se continuar algum lanço do edificio*” [14]. É de notar que se fez uma das torres da fachada, bem como a varanda que lhe dá acesso, mas, de uma maneira geral, deu-se continuidade à estratégia, que se prolongaria por vários reitorados, de compra de imóveis para ampliar a cerca, acompanhada por trabalhos de manutenção do existente e de incremento do património integrado da igreja.

Fazendo um balanço até esse reitorado pode inferir-se que a igreja estaria já terminada pelo interior (ainda que não totalmente ornamentada), que grande parte da zona este do colégio estava já adiantada e que o sentido do crescimento se faria na vertical (não apenas nos pisos superiores nascentes do colégio, mas também na conclusão da frontaria da igreja) e no sentido oeste, tanto na ala norte como na ala sul (Figura 6).

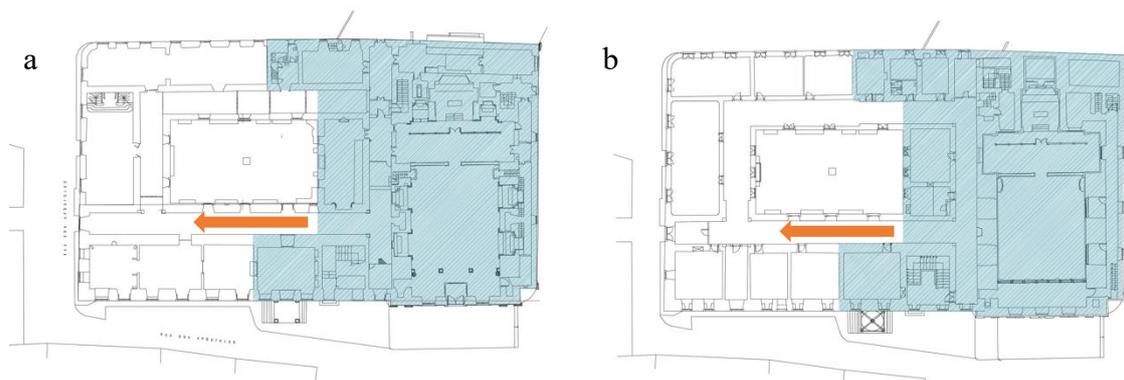


Figura 6. Plantas: *a)* do piso 0 e *b)* do piso 1. Identificação da área hipoteticamente construída no final de 1698 e a direção do crescimento do complexo (a laranja). Desenho realizado sobre levantamentos da AMR – Levantamentos Arquitectonicos y Arqueologicos e da Câmara Municipal de Elvas [© autoras, 2020].

Só no reitorado do padre Silvestre de Carvalho se retoma a empresa de ampliação do colégio. A morosidade da construção comentada pela população, leva a uma alteração no rumo da obra, uma vez que se tencionava dar continuidade à execução do frontispício da igreja, cuja planta e cálculo da obra estava aprovado pela consulta da Província e feito ajuste com os mestres. O Provincial decidiu dar prioridade a que se

principiasse o lanço do corredor da portaria comum [14], deixando para mais tarde a fachada do templo. Para o crescimento do conjunto derrubaram-se casas até à rua da Pedra e foi entregue ao reitor a nova planta do colégio, aprovada pelo Provincial António Correia [14].

A preocupação com a solidez do edifício está patente no relato do crescimento desta ala: “Junto a portaria comua se arrancou pedra, e se perfundou a rocha athe altura de 20 e tantos palmos [cerca de 4,4 m], a fim de se buscar o nivel da bocada da Rua da Pedra e se fazer a este novo edificio terceyro andar, que servisse de despensas. E já neste lanço athe o cunhal fica o *primeiro* andar acabado e so já lhe falta o cobrirse de abobada: e no segundo andar que he das classes com sua varanda *para* melhor serventia das mesma[s] claces se estam trabalhando *para* o que ficão as janelas e portados já quazi de todo lavrados” [14]. Sensivelmente a meio da fachada norte, empreende-se também neste reitorado a obra do novo alpendre, construído com mármore de Montes Claros [14].

Entre 1719 e 1722 o padre reitor Félix Barreto deu continuidade ao novo corredor da portaria e aos espaços adjacentes e, no reitorado seguinte, o padre João de Azevedo (1722 a 1725) dá continuidade à obra. Os reitores seguintes investem na manutenção do edifício, na continuidade da ornamentação da igreja e na compra de casas junto ao colégio que impediam a continuidade da obra. Só em 1741 se faz nova ampliação fazendo-se a torre da igreja virada à rua dos Chilões (do pavimento da varanda para cima) e metade da cimalha do frontispício, no alto do qual se colocou uma cruz inteiriça de mármore. Para garantir o acesso fez-se a “varanda da igreja que corre da varanda grande ate à torre nova” [14] e terminou-se a outra torre, acrescentando-lhe a cimalha. Sobre as seis janelas do frontispício aplicaram-se frisos e cimalthas de mármore e só nesta data se colocou, sobre a porta principal da igreja, a lage de mármore com inscrição, obrigação decorrente da doação régia da ermida de Santiago (Figura 7) [14]. Rebocou-se, guarneceu-se e caiou-se todo o frontispício da igreja, toda a fachada norte e do poente e as partes “*que se acharam feitas assim do Nascente, como do Sul*” [14]. Nos reitorados seguintes as obras são descritas de forma vaga e são maioritariamente de manutenção e reforço do ornato, destacando-se apenas dois púlpitos de pedra, que substituíram outros anteriores.



Figura 7. a) Frisos e cimalthas de mármore colocadas sobre as cantarias das janelas do frontispício; b) letreiro em mármore sobre o portal central [© autoras, 2020].

O terramoto de 1 de novembro de 1755 foi responsável pela destruição de muitos edifícios das urbes portuguesas. As memórias paroquiais, redigidas três anos depois, testemunham o que se passou em cada uma das freguesias, dando especial enfoque aos edifícios religiosos. No entanto, neste caso concreto, nada é dito relativamente ao abalo sísmico ou ao efeito nefasto que teve no colégio. Apesar disso, regista uma informação muito importante, relativa ao estado do edifício, que vem ao encontro das descrições dos livros de despesa atrás analisados e que mostram que o edifício ainda não estava acabado: “o colegio esta ainda imprefeyto, porque somente tem hum dos corredores acabado e outro meyo feito” [16]. Esta frase, cumulativamente com a evolução das obras traçada pela leitura dos livros de contabilidade atrás analisados, afasta cada vez mais a ideia de parte do colégio ter ruído em 1755. Se essas informações conduzem ao abandono dessa ideia, o relato do padre Agostinho Correia, que termina o seu reitorado a 11 de novembro de 1758 demonstra claramente que os danos foram pontuais e se focalizaram no templo: “na Igreja se tapou e concertou a fenda, que abrio a abobeda com o terramoto, e tãoobem as mais fendas que abrio a parede que esta sobre a capella Mor” [14]. No restante edifício “não se fez obra alguma nova de consideração”, fazendo-se apenas algumas reparações [14]. Assim, fora as reparações feitas por causa do terramoto na igreja e nas casas que arrendavam, deu-se continuidade ao padrão de obras dos triénios anteriores, empreendendo-se pequenos trabalhos de construção de raiz, obras de manutenção ou mudanças pontuais, até ao final de 1758.

Na madrugada de 8 de fevereiro de 1759, e na sequência da Carta Régia de 19 de janeiro que determinou a detenção de todos os jesuítas que estavam em Portugal e a apreensão dos seus bens, o colégio de Santiago foi cercado por tropas de infantaria, terminando assim o processo de construção dirigido pelos jesuítas. A análise arquitetónica, aliada a documentação textual e gráfica mais tardia, possibilitou a aferição dos limites formais da intervenção jesuíta e das adaptações posteriores. No que se refere à igreja percebe-se que as alterações foram poucas, uma vez que não houve alteração de uso. No caso do restante complexo e dada a inexistência de peças gráficas que ilustrem o estado da construção, cruza-se a descrição das obras registadas pelos padres reitores com a análise arquitetónica. Assim e através de uma observação superficial do edifício, é fácil traçar hipóteses para os limites do construído através de quatro aspetos: a espessura das paredes, os remates dos cunhais, os tipos de molduras dos vãos e a falta de concordância dos volumes. Cumulativamente, a análise das fotografias das obras mais recentes de beneficiação da biblioteca, onde se percebe a coexistência de técnicas diferentes, como é o caso das falsas abóbadas contruídas com recurso a canas, em oposição às que foram construídas em “ladrilho” cerâmico pelos jesuítas (Figura 8), reforçam a ideia de existirem, pelo menos, dois grandes ciclos construtivos.



Figura 8. *a)* Abóbada composta por elementos cerâmicos e construída no período jesuíta; *b)* Falsa abóbada composta por canas e perfis metálicos construída após 1759. Fotografias ©CME, 2006.

O cruzamento dos relatos dos padres reitores até 1759, conjuntamente com a análise arquitetónica atual, permite sugerir que o complexo jesuíta não estaria terminado no canto virado à Rua do Botafogo e Rua dos Esteireiros (Figura 9), tendo sido terminado e alterado no âmbito das ocupações posteriores.

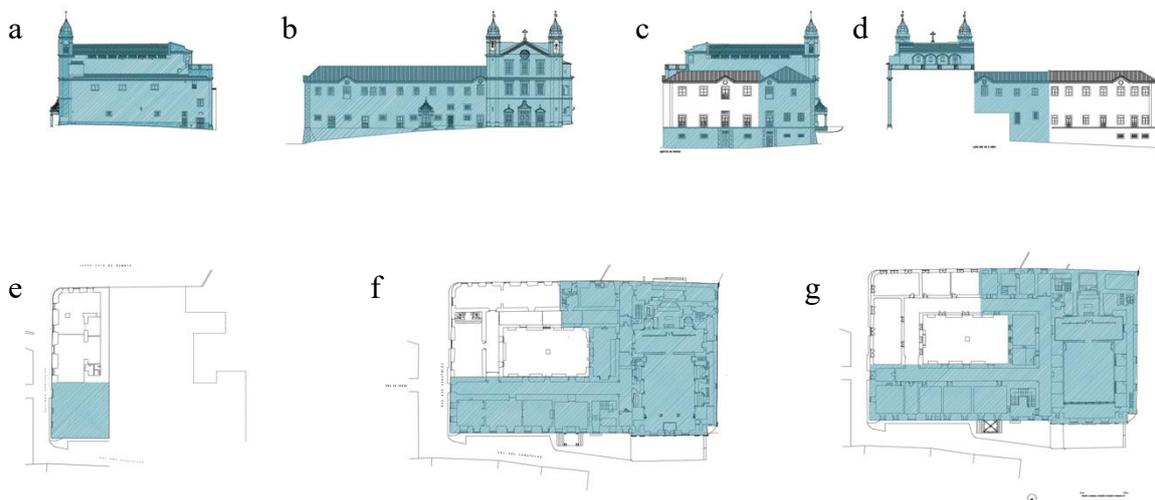


Figura 9. Hipotético estado de construção do edifício em 1759 (a azul): alçados *a)* nascente, *b)* norte, *c)* poente e *d)* sul; plantas dos pisos: *e)* inferior, *f)* principal e *g)* superior [© autoras, 2020].

Cabouqueiros, alvanéis, pedreiros e escultores

No que se refere aos cabouqueiros, alvanéis, mestres pedreiros e escultores que operaram nesta obra, importa sublinhar a presença de nomes conhecidos da historiografia da construção em Portugal, mas também daqueles ainda desconhecidos.

Os cabouqueiros, desde logo ligados ao ofício da extração da pedra e raramente designados neste tipo de obras, não só figuram com algum protagonismo no quadro construtivo da empreitada deste colégio, como são nomeados. Alguns dos que surgem mais frequentemente são João de Campos, Sebastião Martins, Gaspar Fernandes, Domingos de Oliveira e Manuel Rodrigues. Em abril e maio de 1684 são pagas várias pedras a João de Campos, a Sebastião Martins e a Gaspar Fernandes, mas também uma cunha nova, e outra acrescentada, e doze palmetas, possivelmente lavradas nessa matéria [13]. Em março de 1685 também se liquidou uma dívida com Domingos de Oliveira por ter andado a arrancar e a desbastar pedra para portados em Alcobaça, e para cunhais nas Hortinhas [13]. Manuel Rodrigues, por sua vez, aparece com a dupla valência de cabouqueiro e de pedreiro. Em setembro de 1684 é remunerado por ter andado dia e meio a cortar pedras de Estremoz [13]. Em janeiro de 1688 volta a ser pago por conta da pedra que ia tirando, chegando mesmo a ser designado por cabouqueiro [13]. Todavia, em junho de 1687 são-lhe efetuados pagamentos pelo fornecimento de cantaria, o que já pressupõe o tratamento desse material [13].

Quanto aos mestres pedreiros, que podem surgir a desempenhar a função de alvanéis, mas também ocupar-se de labores de pedras, salientamos o facto de se poderem traçar paralelismos com outras obras por eles produzidas. Concomitantemente, também dão aso ao reconhecimento de parcerias, e permitem compreender, através das informações que aos mesmos associamos, quais os principais locais de extração de rochas para enchimento ou para alvenaria ordinária a que recorriam, bem como quais as rochas ornamentais que mais frequentemente utilizavam. Comprova a primeira situação, de grande capacidade para a realização de obras distintas, as referências aos mestres pedreiros Luís Jorge, Manuel Martins Banha e João Simões, entre outros. O mestre pedreiro Luís Jorge, de Estremoz, por exemplo, parece ter tido um certo protagonismo nesta obra, pois em julho de 1686 pagava-se-lhe o salário de uma semana, por ter assentado o arco da capela-mor e tribunas e, em agosto do mesmo ano, era pago pela realização das tribunas grandes, no valor de 20.000 réis [13]. Manuel Martins Banha, por sua vez, que figura em maio de 1687 como pedreiro de Estremoz, é o mestre que cobrou pela realização de um arco, possivelmente o que separa o cruzeiro da capela-mor. Em setembro de 1689 pagavam-se-lhe as três últimas janelas, feitas no ano anterior e o arco de pedraria que está no meio do coro [13]. Após esta obra sabemos que foi contratado para executar um trabalho de alvenaria na igreja dos Terceiros de Estremoz, o que significa que esta obra terá sido bem-sucedida, a ponto de com ela granjear a fama necessária para ser chamado para outras empreitadas [17]. Ao que parece, na obra de Elvas, colaborava com Luís Jorge, pois, em pagamentos que lhe foram efetuados em fevereiro de 1689, este mestre é referido como "seu camarada" [13]. E Luís Jorge, segundo informação constante nas despesas de março de 1688, também tinha "por companheiro" o mestre pedreiro João Simões, que deverá ter contribuído para a realização de duas ombreiras das tribunas [13]. Este tipo de informações não só permite estabelecer redes e parcerias, como confirmar a importância do trabalho de equipa nesta área.

As alusões aos "Cordeiro", família de Borba particularmente conhecida pela sua atividade na área da construção [18], parecem estar direcionadas, neste caso e num primeiro momento, para uma atividade mais específica, na área da produção de cerâmica, uma vez que sabemos terem-lhe sido pagas várias importâncias pelo cozimento de tijolos, telhas e ladrilhos no forno de Manuel Cordeiro (Tabela 1). Em junho de 1685 foram adquiridos 3500 ladrilhos [13] e em novembro desse ano mais 350 ladrilhos [13]. Em junho de 1687 foram obtidas mais 17325 peças deste tipo [13] e em setembro de 1689 são pagos 2640 tijolos de volta, 420 tijolos "dos grandes" para a cornija, e 30 pequenos [13]. Em outubro de 1689 são realizados os pagamentos de 1545 tijolos para a abóbada da igreja e de um carroto de 10210 tijolos para a mesma estrutura [13]. Por fim, em dezembro desse ano, são pagos 19438 tijolos para a abóbada da igreja, a maior parte para esse sistema de cobertura e o restante para os arcos e sobrecarcos de janelas [13]. Estas informações são particularmente relevantes para se compreender a progressão da obra da abóbada do templo. Todavia, sabemos que no processo construtivo deste edifício foram utilizadas muito mais peças cerâmicas, como se pode observar em algumas estruturas murárias (Figura 10) captadas aquando das obras de beneficiação da biblioteca (datadas da primeira década do século XXI), ou pela utilização destes elementos para nivelar o piso superior, criando uma caixa de ar onde assentavam os madeiramentos que constituíam a estrutura do pavimento (Figuras 10c e 10d).

Tabela 1. Materiais cerâmicos utilizados na construção da igreja seiscentista, elaborado a partir do *Livro da Despeza Geral das Obras da Igreja Nova deste Collegio principiada em 4 de Iv lho do Anno de 1679*.

Material	Ano	Localização na igreja	Fólio	Pagamento realizado
Ladrilhos	1685	Nd*	5	Pelo que veio do forno "do Cordeiro"
			5 v.º	3.500 ladrilhos do forno do Cordeiro Por 450 ladrilhos
	1686	Nd	6	5.250 ladrilhos de abóbada e alvenaria De 350 ladrilhos do forno de Manuel Cordeiro
			8	De 485 ladrilhos regulares e de 200 ladrilhos finos
	1687	Nd	8 v.º	A Manuel Cordeiro
			9	A Manuel Cordeiro
	1688	Nd	11 v.º	A Manuel Cordeiro por conta do ladrilho A Manuel Cordeiro por conta dos 17.325 ladrilhos
			13	A Manuel Cordeiro por mais 7.500 ladrilhos
	1688	Nd	13 v.º	De 3 milheiros de ladrilho e mais uma parcela de 2.250 ladrilhos
			14 v.º	Nd A Manuel Cordeiro
Telhas	1685	Nd	6	De 4.100 telhas que se compraram a Manuel Cordeiro
Tijolos	1688	Cornija	15	De 1.925 tijolos de alvenaria e 460, dos grandes, da cornija
	1689	Nd	15 v.º	1.900 tijolos
		Cornija	16 v.º	De 2640 tijolos de volta, e 420 dos grandes da cornija, e 30 pequenos
	1689	Abóbada		Dos 1.545 tijolos para a abóbada da igreja e do carroto de 10.210 tijolos para a mesma abóbada A Manuel Feyo por 690 tijolos
		Nd Abóbada, arcos e sobrecarcos das janelas		17
1690	Abóbada	18 v.º	De 5.500 tijolos para a abóbada da igreja	

*Nd – Não discriminado



Figura 10. Elementos cerâmicos aplicados na construção: *a)* ladrilhos avulsos; *b)* parede com estrutura em ladrilho; *c)* e *d)* ladrilhos aplicados sob o pavimento. ©CME, 2005, 2006.

Quanto à ação dos Cordeiro, importa ainda esclarecer que também esteve ativo neste local, segundo contrato tabeliônico lavrado a 5 de junho de 1701, António Cordeiro que, conjuntamente com Manuel Cordeiro, fizera o monumento fúnebre pela traça dos que haviam sido feitos na igreja de Santo Agostinho de Vila Viçosa, diferenciados pelo facto de no lugar da coroa se colocar as armas dos Fundadores do colégio de Elvas (Figura 11).



Figura 11. Túmulos: *a)* dos fundadores da igreja do colégio [© autoras, 2020]; *b)* da igreja de Santo Agostinho de Vila Viçosa [© CECHAP, s.d.]

Em 1718, surge-nos, por sua vez, o nome de João Fernandes Cordeiro, segundo contrato notarial também publicado por Torres de Carvalho, a par do de Tomé da Silva, ambos designados por mestres alvanéis, por terem sido requisitados para continuar as obras de uma parte do colégio, que deveria mimetizar a traça do que já se havia feito nos corredores do colégio e respetivos cubículos. Esse instrumento notarial é particularmente interessante pois discrimina os materiais, algumas composições e as importâncias pagas. Por exemplo, por cada braça de alvenaria "a dous mil e quinhentos reis com obrigação de ser o traço um carro de cal e dois de saibro; brassa de abobeda singela a dous mil seis centos reis com traço de area e cal, que mais conveniente fôr para a firmeza da obra; brassa de panno de ladrilho singelo a mil e quinhentos reis; brassa de guarnição de três mãos seis centos e cinquenta reis; brassa de ladrilhado singello a mil e quinhentos reis; cada vara de simalha de ladrilho em negro doze tostões; cada palmo de cantaria assentada com juntas bem tomadas vinte reis; brassa de telhado ensopado a mil e seiscentos reis". O mesmo testemunho, como era prática corrente, assegura ainda o facto de João Fernandes Cordeiro ser o responsável pela aquisição de cal, areia, saibro, água, pedra de alvenaria, tijolo, telha, andaimes, cordas e mais apetrechos necessários para a fábrica do edificio, bem como a circunstância deste poder reutilizar a pedra dos desmanchos nos enchimentos de novas estruturas [1]. Tomé da Silva, que também aqui é referido, já era conhecido por ter realizado obra para o convento de nossa Senhora da Consolação de Elvas (1708), para o cenóbio de São Paulo da mesma cidade, onde trabalhou com João Fernandes, possivelmente o "Cordeiro"(1711 e 1721). O mesmo mestre vê-se envolvido numa empreitada no convento de São Domingos (1722 e 1726) [19-20]. Francisco Pereira, também mestre pedreiro de Estremoz, foi, por sua vez, o responsável por lavrar, em julho de 1685, 645 palmos de pedra (c. 142 metros) e, infelizmente, acerca deste oficial mecânico pouco mais se conseguiu apurar [13].

No que à ação destes atores da arte da pedraria entalhada refere, importa destacar, no âmbito dos acabamentos da igreja, a participação do mestre pedreiro Gregório das Neves Leitão, que se ocupou da realização de dois púlpitos de mármore. Com efeito, sabe-se que em 1750 é contratado para essa obra, pelo valor de 540000 réis [20]. No registo das obras levadas a cabo durante o reitorado do padre Inácio de Almeida também se pode ler o registo dessa realização, onde se especifica que estes se estavam a fazer de novo, e que eram de pedra, com o anteparo e respetivo patim de cantaria lavrada [13] (Figura 12). Corrobora por fim esta informação, o registo de despesa de 1753, onde se menciona que um pagamento de 60000 réis por conta desta empreitada, que se devia a Gregório das Neves pelo feitio dos já mencionados púlpitos [21]. Quanto a este mestre, sublinhe-se o facto de à data já ter dado mostras da sua competência em outras obras que envolviam os labores de pedraria. Em 1739 participou na empreitada da colocação de um piso de mármore no mosteiro de São Bernardo de Portalegre; em 1744 esteve envolvido na edificação da capela da Senhora da Soledade, da igreja de Santa Clara de Elvas, e, em 1746, foi requisitado por D. Baltazar de Faria e Villas-Boas, bispo de Elvas, para as obras da capela-mor dessa Sé, entre outras [23-25].



Figura 12. Púlpitos em mármore da região: a) vista geral e b) pormenor. [© autoras, 2020].

Por fim, no que à identidade dos mestres da arte de entalhar pedra concerne, assume ainda particular relevância no contexto deste edifício o facto de se encontrar inúmeras marcas de pedreiros (Figura 13), ainda por associar às produções dos anteriores, ou ainda a terceiros, o que prova o trabalho que ainda está por fazer nesta área geográfica, para esta centúria.

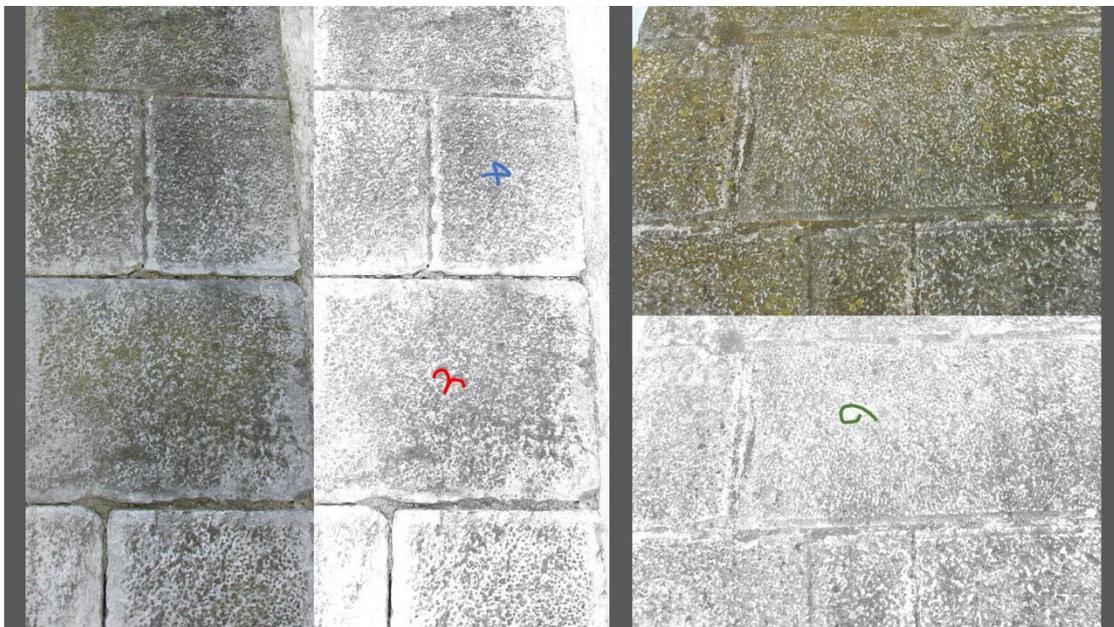


Figura 13. Fotografias e esquema de marcas de pedreiro, situadas na vertente noroeste do embasamento do edifício [© autoras, 2020].

Os materiais e as proveniências

Um dos aspetos mais elucidativos que se encontram na documentação produzida aquando das obras em estudo, quer nas novas estruturas, quer nos acabamentos, são as referências à origem dos materiais empregues, pouco comuns para os finais do século XVII e primeira metade do século XVIII. Desde logo a referência às pedras de Estremoz, mas também a "pedra de Alcobaça", das "hortinhas", do "olival do marquês", da "bargada", do "Outeiro do Ciso", do "caminho junto à horta do Paraíso" e de "S. Felipe", sempre nas imediações de Elvas (Tabela 2). Com efeito, se a remissão às pedras de Estremoz é vaga e pode corresponder a um largo número de pedreiras, já a "pedra de Alcobaça" [13] remete para o afloramento e respetiva jazida na herdade de Alcobaça, nos arredores de Elvas. E embora desconheçamos se esta situação de extração era frequente, ou esporádica, sabemos, através de um contrato notarial entre os mestres pedreiros Sebastião Soares Pinto e Manuel Cardoso da Cruz e o Capitão Manuel de Basto de Sousa que, em 1738, também era solicitada licença para se extrair pedra nesse local, que se destinava à igreja de São Paulo, o que nos prova que deveria ter a qualidade exigida para obras deste impacto [26]. Aos anteriores exemplos acresce, por também ser particularmente relevante para o estudo esta construção, o caso das 11 barcadas de pedra que se tiraram, em maio de 1688, de trás do forte de Santa Luzia [13]. Com efeito, a circunstância do forte de Santa Luzia ter sido edificado num outeiro, com três linhas de fossos, muitos deles abertos em pedreiras, terá sido determinante, numa fase em que se pretendia extrair pedra com alguma rapidez para o edifício em apreço [27]. Amplia ainda este conhecimento sobre os materiais empregues neste colégio e a sua proveniência o facto de sabermos que, no caso específico da obra que se realizou no novo alpendre da portaria (Figura 14) durante o reitorado do padre Silvestre de Carvalho, como foi acima dito, foram empregues mármore de Montes Claros [13].



Figura 14. Alpendre da portaria em mármore da região e materiais cerâmicos: *a)* vistas norte e *b)* nascente [© autoras, 2020].

Tabela 2. Proveniência das pedras utilizadas na construção da igreja seiscentista, elaborado a partir do *Livro da Despeza Geral das Obras da Igreja Nova deste Collegio principiada em 4 de Ivho do Anno de 1679.*

Proveniência	Ano	Localização na igreja	Fólio	Pagamento realizado
De Estremoz	1684	Nd*	3 v.º	De carradas Nd
			4	De uma cunha nova e para esculpir 12 palmetas
	1685		5 v.º	Novo pagamento 445 palmos de cantaria lavrada
			6	A Luís Jorge
	1686		8	A Manuel da Costa e a Domingos de Oliveira
			8 v.º	Nd A Luís Jorge, pedreiro de Estremoz, de uma semana que assistiu ao assentar do arco da capela-mor e tribunas
	1687		9	Nd
			10 v.º	A Domingos Lopes
			13	Nd
				Arco da Igreja
Da Bargada	1685	Nd	5 v.º	Nd
	1686		7 v.º	
	1689		8 16	A Manuel Martins e a Ascenço Fernandes, por 39 carretadas de cantaria da Bargada
Do Forte	1685	Nd	4 v.º	a Manuel Antão e a Domingos Martins por esse trabalho.
	1687		11 v.º	Nd
	1688		14	
	1689		16	
Da Bargada e de Estremoz	1686	Nd	7	Nd
Da Bargada e do Forte	1688	Nd	13 v.º	A Manuel Francisco de "pedras antigas" que tinha arrancado
Da pedreira de Alcobaca	1684	Nd	3 v.º	Nd
Das pedreiras de Alcobaca e das Hortinhas	1685	Portados e cunhais	4 v.º	Ao pedreiro
Das pedreiras de Alcobaca, das Hortinhas e do Olival do Marquês	1685	Cunhais	4 v.º	Nd
Do Outeiro do Ciso e da Horta do Paraíso	1685	Nd	6	Nd
De Estremoz e do Outeiro	1686	Nd	10 v.º	De um carro de pedra de Estremoz para a tribuna grande. Luís Jorge pedreiro de Estremoz levou 20.00 réis por conta das tribunas grandes Pagaram-se ainda uma escoda e uma bornideira De 11 barcadas
De trás do Forte de Santa Luzia	1688	Nd	14	
De S. Filipe	1689	Nd	15 v.º	De 6 barcadas de pedra de S. Filipe
Vindas do forte e da estrada da Cuberta.	1690	Espelho da igreja	17	Nd
"Da terra"	1686	Nd	17 v.º	
Lavrada não discriminada	1686	Nd	9 v.º	A Manuel Cordeiro
	1685	Nd	5 v.º	A Francisco Pereira pelos 645 palmos de pedra que tinha lavrado
Não discriminada	1685	Nd	6	De cunhais novos
			7 v.º	A Manuel da Costa e a Domingos Lopes
			Nd	
	10		A Domingos Lopes	
	1687		Ombreiras das tribunas	11 v.º
1688	Nd	13	A Manuel Rodrigues, cabouqueiro A Manuel Francisco e a João Tapia, pelo que se lhes devia de pedra	

		14 v.º	A Manuel Francisco e a Manuel Rodrigues
		15	De pedra para cantaria
	Corredor		Ao rapaz de Campo Maior, pelas carradas de pedra que transportou e a António Martins, alvanel, "por fechar o corredorinho"
1689	Nd	15 v.º	15 barcadas de pedra
			Várias carradas de pedra para a cantaria para a igreja
	Janelas por cima do coro	16 v.º	A Domingos de Oliveira pela pedra
			Pelas pedras que Manuel Martins Banha usou nas 3 últimas janelas, feitas no ano anterior: "as tres pedras da janella do meyo por cima do coro, que uieram em lugar das que se quebraram, quando as janellas cahiram no triennio passado, e juntamente o arco de pedraria que está no mejo do coro"
	Espelho da igreja	17	De 3 carradas e de 1 pedra de Estremoz para o espelho da igreja

*Nd – Não discriminado

No que à utilização de madeira refere compreende-se o recurso a peças vindas de Portalegre e das suas imediações (Tabela 3). Veja-se, pois, no ano de 1685 a compra de varões nessa cidade, de 60 “paus de São João” e de ripas [13]. Em outubro do mesmo ano eram também pagas 35 tábuas de castanho, vindas de Alegrete [13]. Também é adquirida madeira em Cabeção, pois há notícia em dezembro de 1685 se terem comprado 10 pinheiros nesse local [13] e, em Abril de 1692, de terem sido pagas as despesas de se ter ido comprar 20 paus grandes, para fechar a abóbada de 40 palmos, a essa localidade [13]. Maior excecionalidade reconhece-se na utilização de "60 tábuas da Suécia", compradas em Lisboa e desembarcadas em Aldeia Galega, pagas em Junho de 1685 [13]. A aplicação de madeiras vindas do norte da Europa não foi um caso isolado no contexto construtivo da Companhia de Jesus. Na igreja de São Roque de Lisboa, por exemplo, foram utilizados barrotes da Prússia [28]. E embora desconheçamos o nome da maioria dos carpinteiros ativos, responsáveis pelas empreitadas de natureza estrutural, mas também pelos acabamentos que recorriam a este material, certo é que surgem largamente referidos, o que denota a sua importância no processo construtivo e o seu peso no preço da empreitada. Demonstra a relevância do emprego deste material o pagamento acima mencionado, efetuado a um carpinteiro anónimo, em junho de 1687, pelo "simples para a cruz do corredor" [13] e o pagamento, em novembro do mesmo ano, pelos moldes da cornija da igreja [13]. Já em julho do ano seguinte foram realizadas, em madeiras não especificadas, as cambotas dos arcos do coro, o que reforça a larga aplicação da madeira [13], não apenas como material empregue na construção definitiva, mas também na construção de moldes temporários para a construção dos arcos e das zonas abobadadas.

Tabela 3. Proveniência das madeiras utilizadas na construção da igreja seiscentista, elaborado a partir do *Livro da Despeza Geral das Obras da Igreja Nova deste Collegio principiada em 4 de Ivlho do Anno de 1679*.

Proveniência	Ano	Localização na igreja	Fólio	Pagamento realizado
De Portalegre	1685	Nd*	4 v.º	"60 paus de São João" e ripas
	1688		14	De ripas
Da Suécia	1685	Nd	5 v.º	60 tábuas da Suécia compradas em Lisboa, desembarcadas em Aldeia Galega
De castanho de Alegrete	1685	Nd	6	35 tábuas
Madeira de Cabeção	1685	Nd	6	10 pinheiros
	1686		8 v.º	Pelo falquejar e serrar
	1691	Abóbada	18 v.º	20 paus grandes para fechar os 40 palmos da abóbada da igreja
Não discriminada	1686	Nd	8	1 pau que "serviu de mastro aos estudantes"
			9 v.º	Ao carpinteiro de concertar o mastro e desfazer os simples do cruzeiro
		Corredor	9 v.º	Ao carpinteiro de um dia que gastou fazendo o simples da cruz do corredor
	1687	Cornija	12 v.º	Ao carpinteiro pelos moldes da cornija
	1688	Arcos do coro	14	Ao carpinteiro, de "assentar as cambotas nos arcos do coro"
		Cambotas do coro	14 v.º	4 paus de São João para as cambotas do coro
		Nd	15	De paus de São João e aguieiros
	1689		15 v.º	A forma que o carpinteiro fez para o tijolo
	1691		18 v.º	De ripado

*Nd – não discriminado

Quanto à cal, reconhecem-se várias referências a essa produção, principalmente várias importâncias pagas a João Marques, caleiro, por "fornos de cal", o que nos indica a origem desse ligante, usado nas argamassas, mas também nos acabamentos [13] (Tabela 4). Aliás, é particularmente interessante observar-se, numa fase ulterior às grandes empreitadas estruturais, que durante o reitorado que vigorou entre 1747 e 1750 foi feita uma advertência a que não se guardasse mais cal no corredor paralelo à igreja, do lado da Epístola (por trás da capela da Senhora do Socorro e de Santo António), por estar a causar danos aos seus retábulos [14].

Por último, a utilização do saibro, na qualidade de inerte empregue nas argamassas para assentar tijolo, é igualmente mencionada nesta obra (Tabela 4). Destaque-se o facto de se elencarem, na empreitada efetuada em 1656 no primitivo espaço, a propósito das obras do coro e respetiva escada: tábuas, pedra, areia, cal e saibro [29]. Também a 4 de novembro de 1684 é registado um pagamento a Sebastião Martins por acarretar areia, e aos homens que tinham trabalhado na saibreira [13]. Em 1686 também é assente um pagamento pela extração de saibro [13]. Em agosto de 1688 é explicitamente referido pela primeira vez o nome de Estêvão Antunes, por ter executado esse tipo de trabalho [13]. Infelizmente, desconhecemos se se tratava da exploração de um único local, ou de vários, bem como a sua exata localização.

Tabela 4. Materiais ligantes e inertes utilizados na construção da igreja seiscentista, elaborado a partir do *Livro da Despeza Geral das Obras da Igreja Nova deste Collegio principiada em 4 de Ivlho do Anno de 1679*.

Material	Ano	Fólio	Pagamento realizado
Areia	1684	4	Nd*
Cal	1684	4 v.º	A João marques caleiro
	1685		A João Marques por "um forno de cal"
			A João Marques por um "2.º forno de cal"
		5	A João Marques por mais um "forno de cal"
	1686	7 v.º	Nd
		8	
		8 v.º	A Francisco Rodrigues
		9	Nd
		10	
	1688	13	
	13 v.º	De 18 moios de cal	
		De 8 moios de cal	
		De 9 móios de cal	
	1690	14	De " uma grande quantidade de cal"
		17 v.º	De " uma grande quantidade de cal"
		18	Nd
Cal e areia	1684	4	De uma ciranda para a cal e areia
	1690	18	Nd
Saibro	1684	4	Nd
	1686	7 v.º	
	1688	13 v.º	Aos homens que andaram na saibreira
		14 v.º	A Estêvão Antunes
Cal das "Obras de El Rei"	1685	6	De 2 moios de cal

*Nd – Não discriminado

Conclusão

A análise filológica da documentação coeva à construção do colégio de Elvas, aliada à análise heurística do edifício, construído pelos jesuítas e alterado pelas ocupações subsequentes, permitiu concluir aspetos referentes ao projeto, à evolução construtiva e aos materiais e oficiais que o ergueram.

No que se refere ao projeto da igreja, confirmou-se documentalmente a autoria do padre jesuíta Bartolomeu Duarte que, como já era sabido, desenhou a igreja do colégio de Portimão e que, segundo o documento à guarda do AME terá desenhado também a igreja do colégio de Portalegre, explicando assim a discrepância entre o desenho de Mateus do Couto (sobrinho) e a igreja que foi efetivamente construída e que em muito se assemelha às duas outras igrejas citadas.

Relativamente à sua edificação, ficou provado que o projeto jesuíta nunca foi finalizado, estando, à data da expulsão da Companhia de Jesus, apenas concluídas a igreja, as alas norte e nascente e o arranque das alas sul e poente. Esta situação permitirá em futuras intervenções de conservação e restauro, um melhor entendimento das diferentes técnicas construtivas usadas nas diferentes zonas do edifício, bem como o tipo e materiais usados e as suas origens.

Quanto à ação dos cabouqueiros, alvanéis, pedreiros e escultores, reconheceram-se vários indivíduos a operar nesta obra, uns já conhecidos, outros nunca mencionados, quer nas reformulações necessárias ao bom funcionamento colégio, impostas aos primitivos espaços, quer para a concretização de uma obra que se quis maior e que se iniciou no final do século XVII.

Para além de se dar a conhecer a ação desses intervenientes, e de se contextualizar os seus procedimentos em obras análogas, identificaram-se materiais empregues nas várias campanhas de obras, construtivos e decorativos, como madeiras, cerâmicas, mármore e ligantes (como a cal e o saibro).

No que a esse tópico refere, deram-se a conhecer algumas das pedreiras a que se recorreu, como a da herdade de Alcobaça, das "hortinhas", do "olival do marquês", da "bargada", do "Outeiro do Ciso" e de "S. Felipe", entre outras, que hoje nos permitem ir à procura de jazidas desativadas.

Reconheceu-se também o principal responsável pelos fornos de onde saiu um número substancial de tijolos e ladrilhos, e apurou-se o nome de um dos proprietários de um forno de cal e de um dos serventes que operou em pelo menos uma saibreira.

A esta informação acresceu ainda o conhecimento das madeiras utilizadas, e a sua origem, que nos permitiu compreender quais as opções dos encomendadores e dos construtores, e a circunstância destes recorrerem, salvo uma raríssima exceção em que optaram por uma carga de madeiras da Suécia, às espécies das florestas de Portalegre e Cabeção.

Agradecimentos

As autoras agradecem o apoio e cedência de imagens à Dr^a Tânia Rico do Arquivo Municipal de Elvas, ao Dr. Carlos Filipe, do projeto PHIM - Património e História da Indústria dos Mármore, ao arquiteto Alberto Martinez da AMR – Levantamentos Arquitectonicos y Arqueologicos, pela cedência de desenhos e à Dr^a Ana Maria Bandeira pela disponibilidade e ajuda na identificação da documentação à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). Reconhecem ainda todo o apoio e disponibilidade da Câmara Municipal de Elvas (CME) e da Arquidiocese de Évora, na pessoa do Sr. Padre Jerónimo Fernandes, da igreja do Salvador. Ao Dr. Nuno Grancho e aos Professores João Vieira Caldas e Rui Lobo, agradecem a partilha e troca de impressões.

Por fim, importa referir que esta investigação se insere simultaneamente no âmbito do doutoramento de Inês Gato de Pinho, intitulado "*Modo Nostro*": *a especificidade da Arquitectura dos colégios da Companhia de Jesus na Província Portuguesa. Os séculos XVII e XVIII* [SFRH/BD/110211/2015], desenvolvido no CiTUA / Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa, e apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), e no projeto de investigação *Arquitectura, escultura e ornamento: transferências artísticas no contexto das obras de pedraria da Assistência Portuguesa (S.I.) nos sécs. XVI-XVIII*, de Maria João Pereira Coutinho, na qualidade de investigadora integrada do Instituto de História da Arte,

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Este trabalho foi financiado pela FCT, no âmbito da Norma Transitória - [DL 57/2016/CP1453/CT0046].

ORCID

I. Gato de Pinho: <https://orcid.org/0000-0003-1847-4602>

M. J. Pereira Coutinho: <https://orcid.org/0000-0001-9323-3345>

Referências

1. Carvalho, A. T., *A Companhia de Jesus em Elvas: Notas para a história do Collegio de S. Thiago*, Tipografia Popular, Elvas (1931).
2. Rodrigues, F., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Tomo 3, Vol. 1, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto (1944).
3. Bivar Guerra, L., *Documentos para a História da Arte em Portugal*, Vol. 12, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1972).
4. Lobo, R., ‘O colégio jesuíta de Santiago, em Elvas’, *Monumentos* **28** (2008) 120-127.
5. Almeida, M.; Nunes, P.; Carvalho, A., ‘A adaptação do Colégio de Santiago a Biblioteca Municipal de Elvas’, *Monumentos* **28** (2008) 190-193.
6. Vallery-Radot, J., *Le recueil de plans d'édifices de la Compagnie de Jésus conservé a la Bibliothèque Nationale de Paris*, Institutum Historicum S.I., Roma (1960).
7. Gato de Pinho, I., ‘De Ratione Aedificiorum e a Implementação do Sistema Jesuíta de Licenciamento de Edifícios (Séc. XVI – XVIII): O Caso do Colégio de Santarém’, in *Livro de actas – 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*, coords. R. Póvoas e J. M. Mateus, FAUP, Porto (2016) 627-639.
8. Archivum Romanum Societatis Iesu, F.G. 1408, nº 9.
9. Arquivo Municipal de Elvas, *Colégio Jesuíta de Elvas*, Ms.78.
10. Archivum Romanum Societatis Iesu, *Lus.* 46, fl. 18vº.
11. Franco, A., *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, Apostolado da Imprensa Editora, Porto (1930).
12. “Planta inferior e superior do colejo que foi dos Jazuitas na cidade de Porto-Alegre (...) em que se declara o estado em que se acha; e os lugares mais comodos para o estabelecimento de hua nova Fabrica de Panos, e Drogas”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Real Fábrica das Sedas*, mc. 1, doc. 8, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4382467> (acesso em 2020-06-15).
13. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartório dos Jesuítas*, mc. 101.

14. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Junta da Inconfidência*, nº 210.
15. Archivum Romanum Societatis Iesu, *Lus.* 75, fl. 291 a 291vº.
16. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Memórias paroquiais*, Vol. 13, nº (E) 14a, fl. 115, <https://digitarq.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=4239909> (acesso em 2020-06-15).
17. Informação sem referência arquivística constante no Centro de Documentação do Portal PHIM: <https://www.marmore-cechap.pt/data/3164/manuel%2520martins%2520banha> (acesso em 2020-06-15).
18. Monteiro, P., ‘Famílias de pedreiros na ‘região dos mármore’: os Cordeiro’, coords. V. Serrão, C. M. Soares e A. Carneiro, in *Mármore, 2000 Anos de História, Vol. I - Da Antiguidade à Idade Moderna*, Theya, Lisboa (2019) 197-236.
19. Monteiro, P., *A Pintura Mural no Norte Alentejo (Séculos XVI a XVIII). Núcleos Temáticos da Serra de S. Mamede*, Dissertação de doutoramento, Vol. II, Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa (2013), <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8454> (acesso em 2020-06-15).
20. Cabeças, M., *A transfiguração barroca de um espaço arquitectónico, A obra setecentista na Sé de Elvas*, Dissertação de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Universidade de Lisboa, Lisboa (2011), <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6789> (acesso em 2020-06-15).
21. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Junta da Inconfidência*, nº 206, fl. 138 vº.
22. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Junta da Inconfidência*, nº 208, fl. 52.
23. Filipe, C., *O Património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: Encomenda, Financiamento e Construção*, Dissertação de mestrado ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (2015), <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10401> (acesso em 2020-06-15).
24. Filipe, C., ‘Mestres canteiros do séc. XVIII: José Francisco de Abreu e seus companheiros’, *Callipole, Revista de Cultura* **24** (2017) 151-172.
25. Filipe, C., ‘Os mármore do Alentejo no século XVIII, entre a procura e a oferta’, in *Mármore, 2000 Anos de história, Vol. I - Da Antiguidade à Idade Moderna*, coords. V. Serrão, C. M. Soares, A. Carneiro, Theya, Lisboa (2019) 237-293.
26. Arquivo Distrital de Portalegre, *Cartório Notarial de Elvas*, Cx. 187, Lv. 27, fls. 158v.-159v., CNELV07/001/Cx. 187, publ. por Monteiro, P., *A Pintura Mural no Norte Alentejo (Séculos XVI a XVIII). Núcleos Temáticos da Serra de S. Mamede*, Dissertação de doutoramento, Vol. II Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa (2013), <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8454> (acesso em 2020-06-15).
27. ‘Elvas - Casa do governador do forte de Santa Luzia’, *Revista Popular* **33** (1849) 259.
28. Telles, B., *Chronica da Companhia de IESV da Provincia de Portvgal*, Segunda Parte, Por Paulo Craesbeeck, Lisboa (1647).
29. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, *Junta da Inconfidência*, n.º 200, fls. 92 a 93v.

RECEBIDO: 2021.5.13

REVISTO: 2021.12.1

ACEITE: 2021.12.7

ONLINE: 2022.2.25



Licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0
Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>.

Esta é a primeira versão publicada do manuscrito revisto. O processo de edição, paginação e revisão de provas poderá levar a diferenças entre esta versão e a versão final publicada.